

Acta da Reunião Ordinária do
Conselho Municipal Realizada em
Trinta de Maio de mil novecen-
tos e setenta e dois

Aos trinta dias do mês de
Maio de mil novecentos e setenta e dois, nesta
cidade de Évora e Edifício dos Sacos do Conce-
lho, reuniu-se o respectivo Conselho Municipal
estando presentes, além do seu Excelentíssimo
Presidente, Senhores Doutor António de Freitas
Mascarenhas Lima Duarte Gerald, os vogais
Senhores Padre Serafim Tavares, Engenheiro An-
tonio Manuel Bosta, Manuel Botaniclan Vieira
de Barabona, Doutor Carlos Boim da Azevedo,
Manuel Bertrand Silva Nova, Caetano José Zimanta,
Anibal Inocencio Estuerado, Francisco José Gut-
ierrez Caetano, António Eduardo Fossado Correia,
Custódio Joaquim Alves Alfacinha e Adelino Fer-
reira da Silva.

Aberta a reunião às quinze horas e trin-
ta minutos, que foi secretariada pelos Secretários
efectivos do Conselho, Senhores António Eduardo
Fossado Correia e Caetano José Zimanta, o Senhor
Presidente comunicou que os vogais Senhores
José de Misa de Sousa Carvalho e D.º António
Luís Radeiro, participaram a impossibilidade
da sua comparecência à presente reunião, faltas
estas que o Conselho deliberou considerar como
devidamente justificadas.

Porque esta reunião é a primeira que
o Conselho realiza, o Senhor Presidente dirigiu

as suas saudações e os seus cumprimentos a todos os sogais presentes, agradecendo-lhe a sua presença.

Seguidamente o Conselho deu inicio aos seus trabalhos deliberando pela ordem seguinte:

Fundação Salazar - Doação de Terreno: - Foi lida a deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de vinte e seis do corrente, pela qual foi resolvido doar à Fundação Salazar, pessoa colectiva de utilidade pública com sede em Lisboa, três parcelas de terreno, com a área total de mil quatrocentos e cinquenta e um metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados a desanexar do prédio rústico descrito sob o numero dezassete mil seiscentos e sessenta e seis a folhas cento e setenta e três do livro D-quarenta e seis da Conservatória do Registo Predial de Évora, destinadas à construção de casas para famílias economicamente menos favorecidas.

O Conselho depois de apreciar devidamente o teor da referida deliberação, deliberou por unanimidade conceder-lhe a sua inteira aprovação.

Representantes do Conselho aos Órgãos Consultivos Municipais: - Seguidamente propôs o Senhor Presidente que o Conselho designasse quem o deve representar na Comissão Municipal de Higiene e na Comissão Municipal de Trânsito.

Depois da vária troca de impressões foi resolvido designar o Senhor Engenheiro Antonio Manuel Costa para representante junto da Comissão Municipal de Higiene e o Senhor Caetano José Dimentas para a Comissão Municipal de Trânsito.

Desmunicipalização do Serviço de Transportes Colectivos: - Seguidamente ordenou o Senhor Presidente a leitura da deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de dezeto do mês em curso, segundo a qual foi resolvido desmunicipalizar o Serviço de Transportes Colectivos urbanos e, solicitar a Sua Excellencia o Ministro do Interior, autorização para dar de concessão a sua exploração a uma empresa privada, mediante concurso publico.

O Conselho depois de se inteirar das razões que levaram a Câmara a tomar tal decisão, e reconhecendo, que na verdade, a Câmara, na actual conjuntura não tinha outra solução a tomar, deliberou, por unanimidade, dar a sua inteira concordância e aprovação à já citada deliberação municipal.

Relatório de Gerência: - Seguidamente, o Senhor Presidente submeteu à apreciação do Conselho o relatório da gerência do ano findo, pedindo a dispensa da sua leitura em virtude de previamente haver sido distribuido a cada um dos Senhores Sogais um exemplar daquele documento, sobre o qual fez algumas considerações, dizendo que na sua actuação a Câmara teve a preocupação de dotar o Conselho com as necessarias infraestruturas que lhe permitam encarar o seu futuro desenvolvimento, situando-se nesta linha de orientação a aquisição de terrenos para efeitos urbanísticos e a elaboração do plano director da cidade, cuja aprovação se espera para julho próximo.

Deste isto e convidando os Senhores Sogais a pronunciarem-se sobre o relatório, usou da palavra o Senhor Manuel Estanislau Vieira de

Barabona para se congratular com a notícia da breve aprovação do Plano Director que permitirá a natural expansão da cidade e perguntou em que pé se encontram as diligências para a construção dos depósitos de água em São Bento de Casais, tendo o Senhor Decidente informado que já teve conhecimento particular de que, depois de várias "demarches" junto da Direcção-Geral da Fazenda Pública e Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, foi finalmente autorizada a cedência dos terrenos da Casa Pia, onde serão instalados os depósitos, esperando-se que as obras, também já adjudicadas, possam iniciar-se brevemente, tudo levando a crer que no prazo máximo de um ano, estejam removidas as actuais dificuldades na distribuição de água à cidade.

Falando depois o Senhor Francisco José Caeiro, referiu-se ao pequeno aumento verificado na receita de adicional à contribuição predial, de cerca de sessenta e dois mil escudos, considerada diminuta em relação a outras contribuições do Estado, tendo-se esclarecido de que isso se deve particularmente ao facto de muitos prédios nobres ficarem isentos de contribuição durante vários anos. Fez também algumas observações sobre a diferença entre as receitas arrecadadas e as orçadas, a diminuição de gastos da Secretaria, perguntando o motivo por que as receitas extraordinárias não evoluem na mesma proporção das receitas ordinárias e se as despesas com os serviços de saúde ainda não foram reduzidas com o novo sistema de assistência da Saúde Pública, tendo sido devidamente esclarecido sobre as dividas postas.

O vogal Senhor António Torrado Correia perguntou as razões que tinham levado a Câmara a desmunicipalizar os serviços das piscinas, tendo o Senhor Presidente esclarecido que, tendo-se verificado uma exploração deficitária das mesmas ao longo de todos os anos do seu funcionamento e não sendo permitido por lei que os serviços municipais funcionem com saldos negativos, tal solução era inevitável e não podia mesmo ter sido outra. Tendo abordado o problema da utilização das piscinas pela Direcção-Geral dos Desportos, o Senhor Presidente disse que, na verdade, aquela Direcção-Geral propôs a utilização da piscina de inverno para neta. ministrar aulas de natação, chamando a si as despesas de funcionamento com a excepção das respeitantes a pessoal e conservação que ficariam por conta da Câmara, mas como isto traria certos inconvenientes entre os quais o encerramento das mesmas ao público, a Câmara formulou uma contra-proposta que assenta fundamentalmente na concessão de facilidades para incrementar o fomento da natação nas camadas jovens mas sem comprometer o equilíbrio financeiro da exploração e garantindo os interesses de toda a população na utilização daquele serviço público. O mesmo vogal terminou felicitando a Câmara pela sua actuação, estando convencido de que se a Câmara mais não fez foi certamente porque para mais não teve possibilidades.

Falou novamente o Senhor Manuel Dabarna pedindo informações sobre o arranjo do terreno do larçal do Poço, recentemente adquirido, a estação de tratamento de esgotos,

o mercado e se está encarada a construção duma central de camionagem. Respondeu o Senhor Presidente, dizendo que o arranjo do terreno está esperando apenas a remoção da vedação que não entrou na transação, que se espera para muito em breve a apresentação do projecto para a estação de tratamento de esgotos, assunto retardado pela necessidade da sua deslocação, que o falado mercado se limitará a obras de remodelação do actual e, quanto à central de camionagem, estar prevista no plano director a localização para a sua futura construção.

De novo o Senhor Ferrado Correia usou da palavra, dizendo que acabava de vir duma reunião da Comissão de Planeamento, onde teve oportunidade de tratar dos assuntos de educação da juventude, tendo-se notado que das capitais de distrito que integram a região do sul, Évora é a que está mais mal dotada de estabelecimentos para o ensino primário, - mas isto apenas na cidade - calculando-se a falta de cerca de dezasseis salas de aula para atender às necessidades da cidade, tendo o Senhor Presidente dito que espera para breve a solução do problema das escolas primárias na cidade, problema este que tem sido agravado com o êxodo das populações das aldeias. Disse também o Senhor Ferrado Correia parecer-lhe arriscado gastarem grandes somas com a construção de mercados sem a garantia de obter rendimentos que justifiquem tais investimentos, respondeu o Senhor Presidente que o nosso mercado deverá ser remodelado para no futuro passar a funcionar apenas como regulador e abastecedor, já que a tendência é para desaparecerem os mercados tradicionais, ce-

dendo o seu lugar aos supermercados que cada vez mais vêm alargando a sua acção.

Duas uma vez falou o Senhor Francisco Inelro, digo Senhor Francisco Caetano, perguntando a razão de tão elevada despesa com as despesas dos serviços de higiene e limpeza e se, no que respecta ao selho matadouro, não haverá uma solução intermédia para obviar aos inconvenientes do seu péssimo estado de conservação, enquanto não surge a solução definitiva. Respondeu o Senhor Presidente, informando que a elevada despesa com os serviços de limpeza é devida principalmente ao grande número de serventurários, muitos dos quais, pelas suas condições físicas - alguns com difeulta anos - não podem dar cinquenta por cento do rendimento dum trabalhador normal, problema este já muito antigo e que não tem solução legal visto aqueles não terem direito a aposentação ou qualquer outra forma de assistência, enquanto que, relativamente ao matadouro, não há possibilidade de solução intermédia, visto o problema dos matadouros estar afecto à Comissão Nacional do Abate que ainda não estabeleceu o programa geral para o País, só sendo possível, até à definição da orientação superior, ir fazendo obras de conservação do actual edificio.

Falou por ultimo o Senhor Engenheiro António Manuel Costa, dizendo ser para ele chocante ver que o saldo da Câmara para mil novecentos e setenta e três se eleva a cerca de um sexto da receita do ano de mil novecentos e setenta e dois, visto tratar-se duma pessoa colectiva de utilidade pública, como é a Câmara, em que os dinheiros se destinam a satisfazer

necessidades publicas e tanto havera a fazer, tendo sido explicado que isso se deve ao facto da as receitas terem excedido as previsões orçamentais e tambem a falta de execucao de algumas obras, por nao haverem sido concedidas as correspondentes comparticipacoes do Estado.

Como mais nenhum dos Senhores Vogais devesse usar da palavra, foi o relatório posto à votação, tendo-se verificado que o mesmo recebeu approvação por unanimidade de votos dos membros presentes.

D, não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que foi immediatamente lida, aprovada e assinada. D em

~~_____~~ Chefe da Secretaria
da Câmara Municipal a redigi e subcrevo.

D. Escaldas
Pimentas

António José Pimenta
António José Pimenta